

Artigo Original

“É muito difícil de acreditar”: sentidos, práticas e violências na integração local a refugiados no Brasil

“It’s very hard to believe”: meanings, practices and violence in the local integration of refugees in Brazil

Bruno Deusdará
Priscila Xavier

Resumo: Nesta pesquisa, por meio da Análise Cartográfica do Discurso, mapeamos reportagens veiculadas em alguns dos principais sites jornalísticos, que noticiaram o brutal assassinato do congolês Moïse Kabagambe, em janeiro de 2022. No estudo, buscamos compreender os efeitos de sentido e as relações de credibilidade/verdade que os veículos transmitem aos discursos das personagens e a isenção de responsabilidade da mídia diante dos relatos dos entrevistados. Também pretendemos articular as práticas discursiva e de produção, observando como uma comunidade transfere suas ideologias e como sustenta esses textos. Tais critérios são importantes na busca do diálogo e do intercâmbio conceitual (Deusdará, Rocha, 2021).

Palavras-Chave: Linguística; Cartografia; Discurso; Refúgio; Moïse.

Abstract: In this research, through Cartographic Discourse Analysis, we mapped reports published in some of the main journalistic websites, which reported the brutal murder of the Congolese Moïse Kabagambe, in January 2022. In the study, we sought to understand the effects of meaning and the relations of credibility /truth that the vehicles convey to the speeches of the characters and the media’s exemption from responsibility in the face of the interviewees’ reports. We also intend to articulate discursive and production practices, observing how a community transfers its ideologies and how it sustains these texts. Such criteria are important in the pursuit of dialogue and conceptual exchange (Deusdará, Rocha, 2021).

Keywords: Linguistics; Cartography; Discourse; Refuge; Moïse.

Considerações iniciais: breve panorama dos refugiados no Brasil e no mundo

Neste artigo, problematizamos os circuitos de produção e circulação de sentidos atribuídos ao fenômeno do refúgio e o lugar social conferido às pessoas em situação de deslocamento forçado, no debate midiático. Com efeito, o interesse pela investigação do discurso midiático tem o propósito de interrogar a cristalização de sentidos em circulação sobre o refúgio e, ao mesmo tempo, contribuir com a diversificação dos contornos construídos em torno do tema. Pretendemos, assim, oferecer uma

contribuição aos desafios vivenciados pelos grupos de refugiados no contexto da integração, a partir da ótica proporcionada pelos pesquisadores do campo do discurso.

Ao interrogar os sentidos cristalizados, buscamos compreender quais são as linhas de força que se instauram e consolidam nesse debate e de que forma as cenas reiteradas sustentam ou pretendem neutralizar a complexidade do fenômeno e os desafios enfrentados. Entendemos que, apesar da ênfase atribuída às cenas e às narrativas de travessia de fronteiras (cf. Arantes; Deusdará; Brenner, 2016), os desafios presentes nas políticas e nas práticas de integração local são diversos e implicam a todos, seja os que se encontram em atuação, seja os que indiretamente se posicionam acerca dos direitos sociais. Em nossa aproximação às redes de acolhimento no contexto da extensão universitária, temos observado, por um lado, um profundo desconhecimento dos direitos e das circunstâncias concretas vivenciadas no contexto da integração local e, por outro, a predominância de uma perspectiva eurocêntrica.

Para este estudo, analisaremos os textos em circulação sobre o brutal assassinado do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe, no Rio de Janeiro, considerando a ampla repercussão que o caso teve e o modo como deram tratamento os paradoxos presentes na barbárie promovida no contexto em que as expectativas se dirigiam ao acolhimento e a garantia de proteção internacional diante de conflitos no país de origem. Interessa, desse modo, observar de que maneira essa dimensão paradoxal e o conjunto de aspectos que ela envolve encontram-se efetivamente problematizados ou silenciados na materialidade verbal em circulação. Adicionalmente, tal qualidade de investigação se propõe a sustentar a dimensão de cientista social implicada na prática dos analistas do discurso (Rocha; Daher; Sant'anna, 2002).

Discursividade e relações sociais: processos em (inter)delimitação

Nosso engajamento em relação ao fenômeno do refúgio tem possibilitado, por um lado, sustentar a dimensão de cientistas sociais implicada na formação de pesquisadores em análise do discurso (Rocha; Daher; Sant'anna, 2002), na medida em que a inserção no referido campo nos convoca a articular uma perspectiva crítica acerca dos estudos da linguagem com um conjunto diversificado de saberes oriundos de outros territórios disciplinares. Assim, propomos um itinerário de produção de materialidades diversas, que abrangem relatos concretos de observação das aulas de português para refugiados e discussões sobre os desafios na produção de material didático (Soares, 2019; Neves, 2018; Silva, 2018), a legislação (Land, 2018), o debate midiático (Deusdará; Figueiredo, 2020).

O que desejamos montar é o itinerário de uma cartografia, cuja perspectiva se funda na afirmação da indissociabilidade entre produção linguageira e social (Deusdará; Rocha, 2021), recusando a clássica visão de que a linguagem representaria um mundo anterior e independente dela.

ao fazer referência a esse mundo, a linguagem congela o tempo, altera distâncias, oferecendo-nos um retrato – sempre parcial – de um dado momento, o retrato de uma realidade passada e/ou de uma nova paisagem que não coincide com as coordenadas geográficas de tudo o que pode ser verificado no “mundo ao vivo” (Rocha, 2014, p. 624).

Com base nessa perspectiva filosófica da linguagem-intervenção, dois princípios teóricos se articulam. De um lado, o primado do interdiscurso (Maingueneau, 2005), “reversibilidade essencial entre as duas faces, social e textual, do discurso” (Maingueneau, 1989, p. 56). Em relação à noção de interdiscurso, Maingueneau (2005) avança na proposta de Mikhail Bakhtin, indicando que o interdiscurso é um primado de análise das práticas de linguagem. Para ele, o interdiscurso se compõe de, ao menos, três planos. O plano mais geral é o do universo discursivo, aquele que define o conjunto de discursos que interagem em uma mesma conjuntura (Maingueneau, 2005). Esse universo discursivo é subdividido em campos do discurso, aqueles que remetem aos diferentes tipos de discurso, a saber: o religioso, o filosófico, o literário, o jurídico, entre outros. Com efeito, cada campo discursivo estabelece em seu interior um conjunto de interfaces entre diferentes posicionamentos. Assim, as margens de interação entre os diferentes posicionamentos caracterizam o espaço discursivo aquele que se define pela relação e pela gestão das diferentes formas de construção do sentido.

De acordo com a proposta de Maingueneau (2005), essa noção deve ser considerada como um primado de concepção das práticas de linguagem, uma vez que, segundo ele, os textos não devem ser pensados como realidades autônomas. Ao contrário, os textos já são, de saída, efeitos de recortes diversos nesse universo de discursos que interagem em uma determinada conjuntura. Assim, a materialidade textual deve ser pensada, antes de tudo, como resultado de um conjunto de operações diversas e complexas sobre esse universo discursivo. Ao buscar compreender a contribuição para o estudo do fenômeno do refúgio desse tipo de perspectiva, observamos reiteradas manifestações de que seria preciso, no contexto da integração local desses grupos, atuar tanto na recusa de certas vozes, como aquelas que associam refugiado a “fugitivo” – um debate que se sustenta desde a reivindicação por designações –, quanto na promoção de uma inserção qualificada nos debates cotidianos em torno do uso de equipamentos públicos e no exercício de direitos sociais. A exemplo dos diversos questionamentos e pedidos de ajuda, podemos apenas mencionar os desafios presentes na inserção das infâncias no espaço escolar. Não se trata de apenas fornecer suporte no ato de matrícula e na inserção linguística das crianças, é preciso propor diálogos constantes com uma cultura escolar que envolve um conjunto de práticas pedagógicas e de convívio cotidiano que demandam reconhecimento e ação por parte das famílias.

Para Deusdará e Rocha (2021), de modo semelhante, a noção de prática discursiva deve ser alçada à posição de princípio teórico, uma vez que a referida noção é instrumento fundamental para a desmontagem da concepção filosófica de representação, concebendo a produção de linguagem como simultânea e articulada com a produção social. Nesse sentido, a noção de prática discursiva fornece elementos suficientes para sustentar que toda produção textual interfere na dimensão social.

Neste artigo, privilegiamos, conforme se observará na sequência, um acesso às vozes em embate, buscando compreender de que modo os relatos em torno da violência cometida colocam perspectivas em confronto. O que se deseja compreender é de que modo se constroem sentidos sobre as fragilidades a que estão submetidas as pessoas em condição de refúgio.

Uma aproximação ao fenômeno do refúgio em dados

Considerando a ênfase habitualmente atribuída às narrativas de deslocamento, uma reflexão crítica acerca da temática deve envolver, entre outros elementos, um conjunto de dados e referências que possibilitem dimensionar o fenômeno em escala mundial, observando não apenas os fluxos reais de deslocamento, mas também os desafios que se impõem no contexto da integração local dos grupos populacionais.

A esse respeito, observa-se que, em maio de 2022, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)^I anunciou que, em função das violações de direitos humanos, cerca de 100 milhões de pessoas estão submetidas aos circuitos de deslocamento forçado, seja cruzando as fronteiras dos países de origem, seja movimentando-se em direção a campos de refugiados nas fronteiras dos países mais pobres do mundo. Em relação a esse quantitativo populacional, é importante destacar que é a primeira vez que a organização registra esse dado, classificando-o como uma das maiores crises de deslocamento forçado desde a Segunda Guerra Mundial. Dito de outro modo, uma em cada 78 pessoas no planeta foram obrigadas a se deslocar.

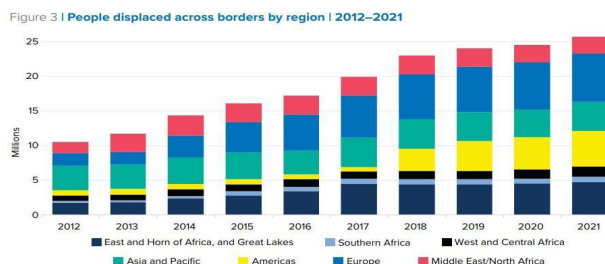
Esse movimento é influenciado, principalmente, por conta da guerra entre Rússia e Ucrânia, países do Leste Europeu. Segundo o ACNUR, os refugiados são acolhidos, predominantemente, por países europeus de alta renda, além de contarem com o *status* de proteção temporária pela União Europeia Estados-membros da União.

Em contrapartida, até o fim do ano passado, período antes da guerra entre Rússia e Ucrânia, o mundo já registrava quase 90 milhões de refugiados, de acordo com dados do relatório “Tendências Globais Deslocamento Forçado em 2021”^{II} (tradução livre), da ACNUR. Desse total, 83% deles foram acolhidos por países com rendas consideradas baixas ou médias.

Um dos principais movimentos se deu no contexto de deslocamentos dos grupos de venezuelanos. Os dados apontam para mais de 5,4 milhões de refugiados e imigrantes venezuelanos que buscam acessar a proteção internacional, principalmente, aos países da América Latina, o que representava, naquele período, cerca de 20% da população global.

No referido relatório, o Alto Comissariado aponta que de 2012 até o ano passado houve um aumento de 11% no número de pessoas que pediram asilo em países latino-americanos, conforme se observa na figura abaixo.

Figura 1 – By region of asylum, The UN refugee Agency
By region of asylum



I THE UN REFUGEE AGENCY. Refugee Data Finder. Disponível em: < <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/insights/explainers/100-million-forcibly-displaced.html> >. Acesso em: 27 out. 2022.

II UNHCR (THE UN REFUGEE AGENCY). Global Trends Forced Displacement in 2021. Disponível em: < <https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021> >. Acesso em: 27 out. 2022.

Fonte: UNHCR (Global Trends Report 2021)^{III}

Somente no ano de 2022, 3.772 pessoas foram reconhecidas como refugiadas no Brasil, de acordo com dados da ACNUR Brasil^{IV}. Desse total, 75% das decisões de mérito foram dadas aos venezuelanos. Somente entre janeiro e junho de 2022, mais de 1.700 refugiados, de 121 nacionalidades diferentes, pediram abrigo em solo brasileiro.

De 1985 até agora, mais de 65 mil pessoas foram reconhecidas como refugiadas no país. Além de venezuelanos, sírios e congolezes ocupam as primeiras colocações da lista, respectivamente, nas segunda e terceira posições. No entanto, mais de 9 mil imigrantes aguardavam a conclusão do processo, com uma média de espera que dura cerca de 4 anos.

Com efeito, a obtenção da condição de refugiado é parte de um processo global de busca pela integração local, com acesso a direitos sociais, equipamentos públicos e demais serviços que qualificam as condições de trabalho e de vida no contexto da integração local. Em contrapartida, os relatos em circulação na esfera midiática sustentam impasses que reforçam a efetiva fragilidade das condições de integração, indicando que a opção para esses imigrantes tem sido a de assumir postos de trabalho em situações insalubres, exploratórias e com baixa remuneração, ainda que muitos deles tenham qualificação profissional para o exercício de outras oportunidades profissionais. É preciso, adicionalmente, destacar que tais circunstâncias de precarização vivenciadas no mundo do trabalho não se restringem à população de refugiados, mas se estendem aos cidadãos brasileiros que se situam nas regiões periféricas. Diante de tal ordem de reflexões, temos buscado afirmar uma agenda coletiva que se amplia e assume contornos diversificados na direção de políticas públicas inclusivas e garantia de direitos sociais aos variados grupos.

Apenas para se ter um exemplo do tipo de divulgação que se pode realizar desses impasses e desafios coletivos mencionamos que, em entrevista ao jornal BBC News Brasil^I, a coordenadora da Cáritas Arquidiocesana do Rio (órgão ligado à Igreja Católica, com apoio da ACNUR, que auxilia refugiados na cidade carioca), Aline Thuller, afirma que muitos deles chegam com qualificações, mas que os imigrantes, principalmente africanos, como é o caso dos congolezes, se deparam com uma realidade antes não vivenciada: o racismo.

Muitos deles tinham uma boa condição, eram pedagogos, fotógrafos, trabalhavam com informática... Mas, por causa do racismo e da xenofobia, é muito difícil conseguirem uma oportunidade que não seja um trabalho pesado, que exija força física, e não seja mal remunerado [...] O racismo é uma coisa que eles não conheciam e que vão descobrir aqui, infelizmente.

Na mesma reportagem, a assistente social destaca um caso recente, em que uma empresa tinha vagas

I BBC NEWS BRASIL. Qualificados, mas com trabalho braçal: como congolezes ‘descobrem racismo’ no Brasil. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60227394>>. Acesso em: 27 out. 2022.

III UNHCR (THE UN REFUGEE AGENCY). Global Trends Forced Displacement in 2021. Disponível em: < <https://www.unhcr.org/62a9d1494/global-trends-report-2021>>. Acesso em: 27 out. 2022.

IV ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Painel interativo sobre as decisões de refúgio no Brasil. Disponível em: < <https://app.powerbi.com/>>

disponíveis de emprego – oferta à qual a Cáritas respondeu com encaminhamento de diversos africanos, principalmente congolezes, para concorrer aos cargos. No entanto, segundo Aline, “eles [recrutadores] não contrataram nenhum dizendo que eles precisavam ter boa aparência. Fico me perguntando: que aparência eles tinham de ter para conseguir aquele emprego?!”.

Em contrapartida, aqueles que conseguem ingressar no mercado de trabalho são submetidos às duras jornadas de trabalho, além da remuneração aquém do previsto.

Ou acham que são coitados que precisa, de trabalho e pagam R\$ 35 por uma faxina que normalmente custa R\$ 200 ou oferecem casa e comida mas não dão salário. É uma exploração travestida de ajuda [...]As pessoas dificilmente fazem essas propostas para brasileiros, mas acham que podem fazer esse tipo de coisa com os refugiados.

Segundo Aline, por conta da dificuldade financeira para se estabelecer em outras regiões da cidade, 99% dos congolezes que chegaram ao Brasil nas últimas duas décadas vivem nas periferias fluminenses.

Dessa forma, os dados fornecidos pelo ACNUR se associam aos relatos em circulação na esfera midiática, compondo um quadro bastante complexo, no qual a necessária regulamentação jurídica da condição de refugiado não se mostra como suficiente para assegurar as condições de uma plena integração local. O que se pode observar é que a regularização da condição jurídica evitaria alguns constrangimentos, mas não deixa de demandar uma rede complexa de práticas relativas tanto à inserção no mundo do trabalho, quanto às diversificadas intervenções para a promoção de inserção comunitária qualificada.

O caso Moïse Kabagambe como analisador das tensões em jogo na integração local

Antes de apresentarmos este item, cabe um comentário de ordem pessoal: trata-se daquele tipo de relato que preferíamos não ser necessário fazer. Mencionamos o caso do brutal assassinato do jovem congolês, no dia 24 de janeiro de 2022. Os relatos obtidos na imprensa indicam que a brutalidade do tratamento que recebeu teria sido disparada por uma cobrança por dois dias de trabalho não remunerados, na orla da Praia da Barra da Tijuca, na Zona Oeste do Rio. Desse modo, a brutalidade emerge como uma espécie de reação a uma cobrança – o que já configura elemento de uma outra injustiça, proveniente de relações de trabalho precárias.

Entre os aspectos que configuram a cena em questão, a brutalidade do ato parece ter motivado uma amplificação do evento, produzindo uma rede de textos em circulação que passaram a enfatizar outros aspectos, anteriores ao evento. Nesse conjunto de matérias jornalísticas, houve certo destaque à vinda do refugiado congolês ao Brasil como uma possibilidade “para fugir da guerra e da fome” na República Democrática do Congo.

Com efeito, a entrada em cena da perspectiva da mãe de Moïse, Lotsove Lavy Ivone, de 43 anos, permitiu que se construísse uma nova dimensão espaço-temporal. Trata-se de uma suspensão do marco temporal do refúgio e a permanência da guerra: “Fugimos do Congo para que não nos matassem. Mas

matarem meu filho aqui”. Como se vê, os indicadores espaciais “do Congo” e “aqui” marcados pela ameaça e pela execução da morte.

Refugiado político no Brasil, o rapaz deixou a República Democrática do Congo junto aos irmãos. A vida do congolês era semelhante à de milhares de brasileiros: o exercício de atividades precarizadas, com diárias remuneradas a valores mais baixos, sem a garantia de direitos trabalhistas e com a insegurança sobre o pagamento dos próprios valores negociados em condições desfavoráveis.

Nesse quadro de relações precárias de trabalho, o conflito comparece como elemento constante de exercício de força. No caso em discussão, o conflito os marcos da tensão e se institui como violência. O brutal assassinato é perpetrado por homens negros que vivem relações semelhantes de espoliação, em quiosques e barracas da orla da Barra da Tijuca, área nobre da Zona Oeste do Rio. A brutalidade do caso trouxe comoção nacional e internacional.

Além da sessão de agressões, Moïse foi amarrado pelos criminosos, em plena via pública. Imagens das câmeras de segurança divulgadas pela Polícia Civil mostram os transeuntes que param para observar a cena, mas sem nenhum tipo de ação. O açoitamento aos escravizados que, antes, acontecia em praça pública, nos tempos modernos, acontece em um dos bairros mais nobres do Rio.

A morte do congolês foi uma espécie de “espetáculo” para quem, mesmo diante das fortes cenas, compareceu ao quiosque para consumir produtos. O funcionário do estabelecimento continuou atendendo aos clientes normalmente e de forma tranquila.

De acordo com a Rádio BandNews FM^{II}, uma testemunha disse, em depoimento, que os agressores de Moïse afirmaram que o congolês estaria recebendo um “corretivo” por ter roubado pessoas na praia. Ela presenciou as agressões quando foi ao quiosque comprar um refrigerante e que, no momento, os criminosos pediram para que ela não olhasse o ataque.

Com a repercussão do caso, um dos acusados pelo crime foi às redes sociais tentar justificar o injustificável:

Ninguém foi na intenção de tirar a vida dele [...] A gente fomos (sic) defender o senhor do lado e, infelizmente, aconteceu a fatalidade dele perder a vida. Foi tanto que eu mesmo liguei pra SAMU (sic), o rapaz que também tava envolvido também tentou prestar socorro a ele, fazendo massagem cardíaca, dando água pra ver se ele reanimava, mas ele não reagiu. Fica claro aqui que ninguém queria tirar a vida dele porque ele era negro, jamais! Entendeu?! Ninguém queria tirar a vida dele porque era de outro país, entendeu?! Venho pedir desculpa aqui à família, aos parentes, tentei me entregar a primeira vez, fui na Defensoria Pública, mas não tinha nada contra mim ainda. Me mandaram pra casa de volta. Tô indo lá de novo pra se entregar (sic) [...].

Nessa alocação, percebem-se traços de uma fala espontânea atravessada por vozes do campo jurídico. Na descrição proposta, o ataque brutal é apreendido como uma ação reativa: “defender o senhor do lado”. Os traços que sugerem a presença de vozes do campo jurídico são diversos, destacando-se

II RÁDIO BANDNEWS FM. Agressores de Moïse Kabagambe alegaram que jovem estaria recebendo ‘corretivo’. Disponível em: < <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/agressores-de-moise-kabagambe-alegaram-que-jovem-estaria-recebendo-corretivo-16477540>>, Acesso em: 18 out. 2022.

inicialmente a pretensão de indicar ter havido “tentativa de prestar socorro”.

Outra indicação que parece relevante acerca da presença de vozes do campo jurídico reside no debate acerca da motivação para o crime. Se o debate em circulação na esfera midiática configurava sentidos relativos ao racismo e à xenofobia, um debate com essa perspectiva se observa em: 1) “Fica claro aqui que ninguém queria tirar a vida dele porque ele era negro, jamais!”; e 2) “Ninguém queria tirar a vida dele porque era de outro país, entendeu?!”. Com a entrada em cena da recusa da perspectiva explicativa presente em “porque ele era negro” e “porque era de outro país”, estabelece-se um diálogo que pretenderia afastar os agravantes implicados na prática do racismo e da xenofobia.

Após essa alocução nas redes sociais, esse acusado também realizou contato ativo com jornalistas para tentar minimizar sua participação no crime, justificando que não tinha intenção de matar o congolês. Na sequência, no entanto, em depoimento à polícia, justifica a raiva alegando que o congolês estava bêbado e incomodando clientes e trabalhadores há dois dias. Segundo ele, o quiosque não devia diárias ao refugiado.

Outra perspectiva entra em cena no debate, vocalizada pelo Procurador de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil. Em entrevista ao G1^{III}, afirmou que “existe uma tentativa de transformar ele [Moïse] na pessoa que gerou o resultado da própria morte”.

Com efeito, a alegação acerca das diárias a serem pagas também é negada pelo dono do quiosque Tropicália, que só foi notificado pela Polícia Civil para prestar esclarecimentos três dias após o registro da morte da vítima. Aliás, nove meses após a morte de Moïse, não se sabe ao menos o nome do proprietário do estabelecimento.

As investigações só começaram a ter notoriedade após a repercussão na imprensa, cerca de cinco dias depois do crime, além da pressão familiar e de órgãos defensores de políticas públicas para negros e refugiados. Todo processo ainda corre sob sigilo.

A reportagem publicada pela BBC News Brasil^{IV} aponta que a Embaixada do Congo pediu respostas ao governo brasileiro sobre a morte de Moïse: ele foi o quinto congolês assassinado brutalmente no país no intervalo de seis anos. No entanto, os esclarecimentos nunca chegaram. Em nota ao periódico, o Itamaraty apenas expressou “indignação com o brutal assassinato e espera que o culpado ou culpados sejam levados à Justiça no menor prazo possível”.

Na mesma matéria, a BBC Brasil conta a história de Lina, uma refugiada congoleza que está no país há sete anos. No entanto, a mulher afirma que não se sente mais segura no Brasil e acredita que será obrigada a fugir novamente, devido ao crescimento da hostilidade contra congolezes no país.

Na reportagem, Lina afirma que teve a casa invadida e que o marido foi ameaçado de morte. A família se mudou para outro bairro, onde, dias depois, um amigo, também africano, foi morto. “O que

III PORTAL G1. À polícia, presos negam intenção de matar Moïse; um deles diz que agrediu para ‘extravasar a raiva’ porque ele estava ‘perturbando’. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/02/a-policia-presos-negam-intencao-de-matar-moise-um-deles-diz-que-agrediu-para-extravasar-a-raiva-porque-ele-estava-perturbando.ghml> >. Acesso em: 27 jan. 2022.

IV BBC NEWS BRASIL. ‘Brasil recebe, mas não acolhe’: violência, preconceito e pobreza fazem com que congolezes pensem em deixar o país. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60267870> >. Acesso em: 27 out. 2022.

aconteceu com o Moïse já aconteceu com outros. Muita gente acha que a situação vai piorar ainda mais [...] muitos estão pensando em sair do Brasil”.

O Brasil não era o principal destino dos congolese. Mas esse rumo mudou após o fechamento de fronteiras e as dificuldades impostas para o refúgio em países como os Estados Unidos. Para o congolês Bas'Ille Malomalo, que é professor de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) e pesquisador de movimentos migratórios africanos no Brasil, essa não é a primeira migração congolese para o país: “70% da população escravizada que veio para cá saiu da parte da África onde está o Congo [...] Nossos avós moldaram o Brasil e ajudaram a construir a identidade nacional”.

No entanto, ao chegarem em solo brasileiro, muitos (e inclusive crianças) se deparam, segundo Aline Thuller^V, com o racismo e a xenofobia:

Ouvem que o refugiado está vindo pra roubar nossas vagas de trabalho, pra roubar nosso lugar no hospital, no SUS [Sistema Único de Saúde]. Eles vivem a xenofobia. E também tem aquilo de que o refugiado é foragido, que fez algo de errado no país de origem. Essa associação do refugiado com um foragido é muito presente [...]As vivências são muito difíceis. Crianças que perguntam: “por que me chamam de macaca, tia? Estão me chamando de macaca”.

As páginas jornalísticas e as relações de poder

Com isso, no texto jornalístico, os repórteres dão voz a outras vozes, como uma forma de demarcar a fala do autor daquele discurso, criando, a partir disso “ilusões de fidelidade da palavra do outro, de objetividade na reprodução no dizer do outro e de neutralidade por parte de quem fala” (Baalbaki, Deusdará, 2011).

Dessa forma, nesta pesquisa, analisamos os discursos reportados em duas matérias jornalísticas, utilizadas como base para este projeto, intituladas “Veja o que se sabe sobre a morte do congolês Moïse Kabagambe”, do Jornal Folha de São Paulo, e “Moïse Kabagambe: O que se sabe sobre a morte do congolês no Rio”, do Portal G1.

Com títulos praticamente idênticos, os noticiários são escritos em forma de questionário, traçando uma espécie de linha do tempo sobre os fatos acerca do crime. Os textos são escritos no formato conhecido no jornalismo como “ping pong”, que se caracteriza por ser uma entrevista em que o repórter e a personagem ficam frente a frente, são feitas uma série de perguntas intercaladas com as respostas do entrevistado.

No entanto, no caso dessas matérias, percebe-se que a voz dos questionamentos não é do jornalista em si, mas do próprio leitor que busca se inteirar do caso e, conseqüentemente, as respostas são dadas pelos próprios veículos de comunicação.

V PORTAL G1. Assistente social que viu Moïse Kabagambe crescer lamenta morte de congolês: ‘É muito difícil de acreditar’. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/01/assistente-social-que-viu-moise-kabamgabe-crescer-lamenta-morte-de-congoles-e-muito-dificil-de-acreditar.ghtml>>. Acesso em: 27 out. 2022.

O objetivo da matéria é mostrar para o leitor que aquela mídia está a par de todos os acontecimentos que envolvem a morte do congolês. É uma tentativa de passar credibilidade e, para isso, são utilizados como personagens órgãos importantes, como a Polícia Civil, informações do Instituto Médico Legal (IML), o detalhamento das imagens das câmeras de segurança e relatos de parentes.

Dessa forma, abaixo, está o quadro que relaciona a sequência de fatos narrados pelo Jornal Folha de São Paulo com as vozes reportadas em um trecho do discurso e os termos *dicendi*, usados para fazer referência ao modo como o interlocutor se expressa.

QUADRO 1 – Vozes reportadas e termos *dicendi*

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
Uma testemunha	“Relatou”
Uma testemunha	“Relatou [à polícia]”
[Com testemunhas]	“De acordo com”
[O único que permaneceu no local foi Aleson]	“Segundo [os depoimentos]”
Aleson	“Disse [à polícia]”
Uma outra testemunha	“Confirmou [o relato]”
O funcionário do quiosque Tropicália	“Mentiu”
Ele	“Disse”
Ele	“Retificou”
O depoimento do dono do quiosque	“Indica”
Ele	“Disse”
Ele	“Relatou”
Os agressores	“Afirmam”
Eles [os agressores]	“Disseram”
Os suspeitos	“Afirmam”
Brendon	“Afirmou”
Ele	“Afirmou [tem a consciência tranquila]”
Aleson	“Afirmou”
Fábio	“Disse”

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir desse quadro, é possível perceber que o veículo utiliza modalizadores para introduzir ou remeter a responsabilidade das falas aos seus respectivos enunciadores. Segundo Baalbaki e Deusdará (2011):

A ocorrência dessa estratégia dá-se quando o enunciador citante indica que está se apoiando em outro discurso, utilizando-se, para tal, de mecanismos discursivos próprios, ou seja, de elementos modalizadores, tais como: segundo x, de acordo com x, como diria x. (BAALBAKI; DEUSDARÁ, 2011, p. 131)

Desse modo, as vozes atribuídas aos órgãos competentes recebem o tom de certeza e credibilidade, ao passo que o jornalista [e o veículo] se isenta da responsabilidade pelo que foi dito/divulgado. Inclusive,

até mesmo os discursos dos suspeitos e de testemunhas recebem esse tom de veracidade, conforme é observado a seguir.

Quadro 2 – Credibilidade e isenção jornalística

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
Familiares do congolês	“Disseram”
Hoje [o pai] trabalha na diplomacia	“ <u>Segundo [a família]</u> ”

Fonte: elaborado pelos autores.

Em contrapartida, ao se referir à família do refugiado, apesar de utilizar os mesmos modalizadores, o discurso recebe o tom de incerteza:

Quadro 3 – Incredibilidade quanto ao discurso das vítimas

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
Testemunhas	“Confirmaram [que os agressores usaram pedaços de madeira e um taco de beisebol]”
Laudo do Instituto Médico Legal (IML)	“Indica”
O documento	“Diz”
A defesa do dono do quiosque	“Afirma”
O dono do quiosque	“Negou”
Sua defesa	“Segundo”

Fonte: elaborado pelos autores.

No entanto, há uma mudança nessa tonalidade quando a matéria jornalística traz o posicionamento da família sobre a intimidação que eles sofreram de policiais militares:

Quadro 4 – Mudança de tonalidade quanto à “interferência” policial

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
A família do congolês	“Diz”
[Dois policiais militares] compareceram aos estabelecimento três vezes desde o crime	“ <u>Segundo os parentes</u> ”
Os familiares	“De acordo com”
A família da vítima	“Conforme”
Os agentes voltaram a pedir documentos e fazer perguntas sobre o que havia acontecido e o que o grupo fazia ali	“De acordo com relatos”
A Delegacia de Homicídios da Capital	“[que] Investiga”
A Delegacia de Homicídios da Capital	“Analisou [imagens]”
12 pessoas	“[já] Foram ouvidas”
Três homens	“Foram presos”

A polícia	“Apreendeu”
Uma barra de madeira	“Tinha sido [descartada]”
Eles [três homens presos]	“Deverão [responder por homicídio duplamente qualificado – com impossibilidade de defesa e uso de meio cruel]”
O processo	“Corre [em sigilo]”
A juíza	“Decretou”
A polícia	“Segundo”
Fábio Pirineus da Silva	“Confessou”
Aleson Cristiano de Oliveira Fonseca	“Admitiu”, “disse”
Brendon Alexander Luz da Silva	“Aparece [no registro das agressões imobilizando Moïse no chão]”

Fonte: elaborado pelos autores.

Já na matéria publicada pelo Portal G1, quase não há diferenciação nos traços semânticos, sejam eles referentes aos órgãos de investigação, familiares, suspeitos ou testemunhas. Inclusive, há uma preferência do jornalista pelo uso de verbos que corroboram certeza nas falas, o que pode indicar, para quem lê a notícia, que aquele veículo esteve, de fato, com os autores do discurso.

Quadro 5 – Preferência pelo tom de certeza para realçar a credibilidade jornalística

Vozes reportadas	Termos <i>dicendi</i>
O congolês	“Foi”
Ele	“Trabalhava”
A família	“Segundo”
Moïse	“Foi”
A família	“Diz”
O congolês	“Foi cobrar”
O congolês	“Foi espancado”
Imagens	“Mostra” (sic)
Um dos envolvidos	“Diz”
Um dos envolvidos	“Segundo ele”
Ele [Moïse]	“Teve [um problema]”
Ambas [imagens]	“Estão sendo [analisadas]”
Imagens	“Mostram”
Sessão de agressões	“Começa”
O primo da vítima	“Segundo”
O gerente	“Continuou trabalhando”
Ivana Lay	“Está inconformada”
Ivana Lay	“Disse”
Ela	“Disse”
Testemunhas	“Disseram [que Moïse apanhou de 5 homens]”

Fonte: elaborado pelos autores. .

A única incerteza apresentada ao longo da matéria é com relação à tipificação do crime: Três homens foram presos pela morte de Moïse na terça-feira (1). Eles deverão responder por homicídio duplamente qualificado – com impossibilidade de defesa e uso de meio cruel. O processo corre em sigilo.

Conclusão

Nesta pesquisa, buscou-se fazer uma aproximação crítica acerca do tema do refúgio, tanto no Brasil quanto no mundo, mostrando não apenas a difícil realidade desse público, mas também apontando desafios, como racismo e xenofobia, os quais esses imigrantes precisam enfrentar diante de uma nova realidade em um novo território.

Além disso, é possível perceber a ausência de políticas públicas eficientes para essa população. Embora as fronteiras brasileiras estejam abertas para receber todos, imigrantes e estrangeiros, as oportunidades são destinadas para uma minoria. Outra questão elencada é a violência, seja trabalhista ou urbana, à qual esse público, principalmente os africanos, é submetido.

A apresentação das reportagens jornalísticas possibilitou a produção de uma leitura crítica, orientada para a desmontagem da superfície textual, a qual mostrou, em um dos veículos de mídia, a diferença de credibilidade dada diante das falas de órgãos do governo e da própria família da vítima.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

ARANTES, P. C. C.; DEUSDARÁ, B.; BRENNER, A. K. Língua e alteridade na acolhida a refugiados: por uma micropolítica da linguagem. **Fórum Linguístico**, v. 13, p. 1196, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n2p1196/32092>. Acesso em: 26 dez. 2022.

DEUSDARÁ, B.; FIGUEIREDO, N. A. O refúgio como tema humanitário ou econômico: sentidos em interdelimitação na mídia. **Revista E-escrita**, v. 11, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/3965> Acesso em: 26 dez. 2022.

DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C. Sentidos do refúgio em documentos oficiais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 20, p. 52-73, 2019.

DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C.; BRENNER, A. K. ‘É um problema de todo mundo’: conceitos, métodos e práticas no ensino de português para refugiados. **Fórum Linguístico**, v. 15, p. 3226-3240, 2018.

DEUSDARÁ, B.; ARANTES, P. C. C.; ROCHA, D. Cruzando fronteiras: a promoção de direitos com refugiados nas práticas de ensino de línguas. **Revista Gragoatá**, p. 268-288, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33472/19459>. Acesso em: 26 dez. 2022.

LAND, A. C. **O refúgio entre a lei e a mídia: análise discursiva da construção da imagem de refugiado(a) na lei 9.474/1997 e em notícias online do jornal Folha de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Letras).

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. de Freda Indursky *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

NEVES, R. L. **Línguas em contexto de refúgio**: uma análise dos sentidos atribuídos ao acolhimento por refugiados(as). Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/cMYCwn43CZP6wBxmXvRzF5L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ROCHA, D.; DAHER, M. C. F. G.; SANT'ANNA, V. L. A. Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho. In: Maria Cecília Pérez de Souza e Silva; Daniel Faïta. (Org.). **Linguagem e Trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. 1ed. São Paulo: Cortez, 2002, v. 1, p. 77-91.

SILVA, L. C. M. da. **“E é uma improvisação treinada, previamente treinada”**: sentidos do trabalho com refugiados em entrevista com professora voluntária. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOARES, M. M. P. **Acolhimento Linguístico em curso**: português com refugiados. Tese (Doutorado em Letras). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.